



Caderno de Provas

COM 35 – NS

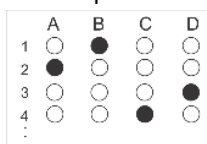
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Editais Nº. 001/2022 – Maxaranguape/RN

Data: ___/___/___

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Didática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Didática	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem ao texto a seguir.

TEXTO

Quem tem medo da liberdade de expressão?

Alexandre Cruz

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão têm ganhado força na sociedade brasileira e, com a proximidade das eleições de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entrou no baile. Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

O Youtube, por exemplo, já filtra palavras que não podem ser ditas, podendo gerar a desmonetização de um vídeo ou, no limite, a sua exclusão da plataforma. O resultado, no final, é o surgimento de uma variedade de neologismos cifrados utilizados por *youtubers* para substituir as palavras indesejadas.

A perspectiva na qual palavras, ideias e opiniões devem ser censuradas pelo seu dano presumido não é nova. Além de ser utilizada levemente por grupos para cercear opiniões divergentes sem ter o trabalho de argumentar, tende a focar mais nos possíveis prejuízos do que nos benefícios de uma amplíssima liberdade de expressão para a sociedade em geral.

Entre a independência dos Estados Unidos e o fim da 1ª Guerra Mundial, por exemplo, diversos casos contestando os limites da liberdade de expressão e de imprensa tiveram curso em tribunais estaduais e na Suprema Corte daquele país. Neste período, como aponta o historiador Michael Curtis, prevaleceu no judiciário norte-americano a chamada "Doutrina da Tendência Ruim", onde opiniões consideradas com potencial para causar eventuais danos sociais deveriam ser suprimidas.

Na esteira dessa doutrina, obras que criticavam a escravidão, por exemplo, foram censuradas em diversas cortes de estados escravagistas sob o argumento de causar danos ao direito de propriedade. Coube a jornalistas, advogados, intelectuais e ativistas contestar essa doutrina e muitas vezes promover a circulação de obras abolicionistas ilegalmente. Ou seja, enquanto setores do judiciário norte-americano impunham uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, coube à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Ecos de uma concepção de liberdade de expressão mais ampla, de raiz popular, chegariam à Suprema Corte dos Estados Unidos apenas na década de 1920. Anos antes, Benjamin Gitlow, membro do Partido Socialista, foi processado pelo estado de Nova Iorque pelo crime de anarquia após ter publicado no periódico "The Revolutionary Age" o texto "The Left Wing Manifesto". Embora sua defesa tenha alegado que o artigo se tratava de uma análise histórica, não de uma incitação revolucionária, Gitlow foi considerado culpado pela corte estadual, tendo sua condenação confirmada pela maioria da Suprema Corte em 1925.

Porém, durante o julgamento, foi possível vislumbrar a penetração de uma concepção mais ampla da liberdade de expressão entre juízes da corte. Em um histórico voto dissidente, o juiz Oliver Wendell Holmes Jr. registraria que: "toda ideia é um incitamento. Ela se oferece para a crença e, se acreditada, é praticada a menos que outra crença a supere, ou a falta de empenho sufoque o movimento em seu nascimento. A única diferença entre a expressão de uma opinião e uma incitação, no sentido mais restrito, é o entusiasmo do orador pelo resultado".

No Brasil, também a liberdade de expressão e de imprensa foram uma conquista da sociedade civil após décadas de censura ao longo do século 20, não uma concessão da burocracia estatal. Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para fustigar o poder estabelecido em prol de mudanças sociais. Não podemos deixar que contextos políticos nublados nos façam esquecer disso. Os benefícios de uma ampla liberdade de expressão e de imprensa são maiores do que os malefícios de sua utilização para o cometimento de crimes (que devem ser punidos através do devido processo legal).

Aceitar a premissa de que uma ideia ou opinião deva ser censurada, talvez até por algoritmos, antes de alcançar o espaço público devido ao seu possível dano social ou eleitoral, sem crime determinado e comprovado, é lançar um bumerangue autoritário que mais cedo ou mais tarde voltará.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 14 set. 2022.

01. É objetivo principal do texto

- A) alertar sobre os malefícios do uso irrestrito da liberdade de expressão.
- B) comparar o uso da liberdade de expressão nos Estados Unidos e no Brasil.
- C) criticar o mau uso da liberdade de expressão nas redes sociais.
- D) defender a importância do uso da liberdade de expressão.

02. A organização textual revela a dominância da sequência

- A) argumentativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- B) argumentativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.
- C) narrativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- D) narrativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.

03. O elemento coesivo que inter-relaciona, por conexão, os **parágrafos 6 e 7** sinaliza

- A) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- B) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.
- C) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- D) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.

04. No **parágrafo 7**, há citação

- A) direta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- B) direta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- C) indireta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- D) indireta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.

05. Considere o período a seguir.

Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

Outra pontuação possível para esse período, em concordância com as orientações sintático-semânticas da língua portuguesa e preservando-se o sentido da informação, está representada em:

- A) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- B) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- C) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- D) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

06. Considere o trecho a seguir.

Ou seja, **enquanto** setores do judiciário norte-americano **impunham** uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, **coube** à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar que

- A) a primeira é uma conjunção que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- B) a primeira é uma conjunção que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.
- C) a primeira é uma preposição que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- D) a primeira é uma preposição que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.

07. Considere o trecho a seguir.

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão **têm** ganhado força na sociedade brasileira [...]

A forma verbal em destaque é assim grafada porque está

- A) no singular e concorda com “o advento das redes sociais”.
- B) no singular e concorda com “liberdade de expressão”.
- C) no plural e concorda com “debates”.
- D) no plural e concorda com “os limites da liberdade de expressão”.

08. Considere o trecho a seguir.

Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para **fustigar** o poder estabelecido em prol de mudanças sociais.

A palavra em destaque mantém relação de

- A) hiponímia com a palavra “afagar”.
- B) hiponímia com a palavra “provocar”.
- C) sinonímia com a palavra “afagar”.
- D) sinonímia com a palavra “provocar”.

09. O gênero discursivo que apresenta propósito comunicativo e estrutura que se aproximam do texto em foco é

- A) a crônica descritiva.
- B) a notícia.
- C) o artigo científico.
- D) o artigo de opinião.

10. Considere os trechos a seguir.

A

[...] aumenta-se perigosamente o **apoio à formulação** de uma espécie de "index prohibitorum" digital [...]

B

[...] **coube à sociedade civil** ampliar os seus limites na prática.

Sobre os segmentos em destaque, é correto afirmar:

- A) ambos ilustram casos de regência nominal.
- B) ambos ilustram casos de regência verbal.
- C) em **A** ilustra-se um caso de regência nominal e, em **B**, um caso de regência verbal.
- D) em **A** ilustra-se um caso de regência verbal e, em **B**, um caso de regência nominal.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

11. Sobre a teoria da aprendizagem e do desenvolvimento infantil, destacam-se, principalmente, as abordagens cognitivas do construtivismo e do sociointeracionismo. Considerando os estudos de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon, respectivamente, é correto afirmar:
- A) para Piaget, a natureza da aprendizagem ocorre à luz da epistemologia genética e a construção do conhecimento se dá por meio de estruturas mentais e cognitivas, organizadas nos estágios de desenvolvimento da inteligência. Para Vygotsky, o desenvolvimento humano compreende um processo dialético, periódico, com irregularidade no desenvolvimento das diferentes funções mentais, destacando-se a teoria do desenvolvimento dos processos mentais superiores. Para Wallon, a genética é organicamente social. A teoria do desenvolvimento cognitivo é centrada na psicogênese da pessoa completa.
 - B) para Piaget, a natureza da aprendizagem ocorre à luz da epistemologia social e a construção do conhecimento se dá por meio de etapas definidas, organizadas nos estágios de desenvolvimento da inteligência. Para Vygotsky, o desenvolvimento humano compreende um processo biológico e regular no desenvolvimento das diferentes funções mentais, destacando-se a teoria do desenvolvimento dos processos mentais superiores. Para Wallon, a genética é definida organicamente. A teoria do desenvolvimento cognitivo é centrada no desenvolvimento biológico.
 - C) para Piaget, a natureza da aprendizagem ocorre à luz das relações sociais e a construção do conhecimento se dá por meio de características psicológicas, organizadas nos estágios de desenvolvimento da inteligência. Para Vygotsky, o desenvolvimento humano compreende um processo dialético, definido pela genética, com regularidade no desenvolvimento das diferentes funções mentais e biológicas, destacando-se a teoria do desenvolvimento dos processos mentais inferiores. Para Wallon, a genética é organicamente social e biológica. A teoria do desenvolvimento cognitivo é centrada nas relações sociais apresentadas.
 - D) para Piaget, a natureza da aprendizagem ocorre à luz da epistemologia genética e a construção do conhecimento se dá por meio de estruturas biológicas predeterminadas no processo do desenvolvimento humano. Para Vygotsky, o desenvolvimento humano compreende um processo linear e biológico, com regularidade no desenvolvimento das diferentes funções mentais, destacando-se a teoria do desenvolvimento dos processos mentais superiores. Para Wallon, a genética é organicamente definida pela estrutura biológica. A teoria do desenvolvimento cognitivo é centrada na psicogênese da pessoa completa.
12. O planejamento educacional e de ensino é fundamental para estruturar o trabalho pedagógico. Sobre essa assertiva, é correto afirmar:
- A) os elementos constitutivos do planejamento escolar estão implicados social e politicamente. É um processo da coletividade e da coordenação da gestão escolar, articulada ao trabalho discente, determinado pelo ambiente educativo e e pela problemática do contexto social. Dessa maneira, o planejamento é uma atividade de reflexão, estruturando didaticamente o fazer pedagógico docente.
 - B) os elementos constitutivos do planejamento escolar estão implicados social e politicamente. É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulada ao trabalho pedagógico e à problemática do contexto social. Dessa maneira, o planejamento é uma atividade de reflexão, estruturando didaticamente o fazer pedagógico docente.
 - C) Os elementos constitutivos do planejamento escolar estão implicados social e politicamente. É um processo de racionalização, organizado pelos docentes para coordenar a ação discente, articulada ao trabalho pedagógico e à problemática do contexto social. Dessa maneira, o planejamento é uma atividade de reflexão, estruturando didaticamente o fazer pedagógico docente.
 - D) Os elementos constitutivos do planejamento escolar estão dissociados das influências sociais e políticas. É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação discente, articulada ao trabalho pedagógico e à problemática do contexto social. Dessa maneira, o planejamento é uma atividade de reflexão, estruturando didaticamente o fazer pedagógico docente.

13. Sobre as Diretrizes para a Educação Básica no Brasil, o Ministério da Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 16 de agosto de 2021, que dispõe sobre Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação, define, em seu Art. 1º:
- A) A presente Resolução complementa as disposições da Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012, visando estabelecer diretrizes operacionais para orientar a implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão privada para a melhoria da qualidade social da educação. § 1º O ADE é uma forma de colaboração instituída entre estados da região Norte, articulados horizontalmente, visando a assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico.
 - B) A presente Resolução complementa as disposições da Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012, visando estabelecer diretrizes operacionais para orientar a implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão privada para a melhoria da qualidade social da educação. § 1º O ADE é uma forma de colaboração instituída entre estados da região Nordeste, em articulação horizontal, visando a assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico.
 - C) A presente Resolução complementa as disposições da Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012, visando estabelecer diretrizes operacionais para orientar a implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação e da saúde. § 1º O ADE é uma forma de colaboração instituída entre municípios, em articulação horizontal, visando a assegurar o direito à educação de qualidade e à saúde pública no desenvolvimento territorial e geopolítico.
 - D) A presente Resolução complementa as disposições da Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012, visando estabelecer diretrizes operacionais para orientar a implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação. § 1º O ADE é uma forma de colaboração instituída entre municípios, em articulação horizontal, visando a assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico.
14. A metodologia do ensino e aprendizagem é fundamental no planejamento e no desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico. Os métodos de ensino dizem respeito às ações
- A) docentes pelas quais se organizam as atividades de ensino e aprendizagem, visando ao alcance dos objetivos do trabalho docente em relação à aprendizagem dos conteúdos trabalhados, favorecendo a interação entre os partícipes desse processo, a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognitivas e operativas dos alunos.
 - B) pelas quais se organizam as atividades de ensino e aprendizagem, visando ao alcance dos objetivos do trabalho pedagógico dos gestores escolares em relação à aprendizagem dos docentes, favorecendo a interação entre os partícipes desse processo, a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades psicológicas e operativas dos docentes.
 - C) pedagógicas pelas quais se organizam as atividades de ensino e aprendizagem, visando ao alcance dos objetivos dos gestores escolares em relação à aprendizagem dos alunos e de suas famílias, favorecendo a interação entre os partícipes desse processo, a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades físicas e cognitivas de todos.
 - D) docentes pelas quais se organizam as atividades de ensino e aprendizagem, visando o alcance dos objetivos do trabalho docente em relação à aprendizagem dos conteúdos trabalhados, favorecendo a interação entre os partícipes desse processo, a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento biológico e das capacidades psicológicas dos alunos.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

15. A avaliação da aprendizagem envolve diferentes funções, entre elas, a diagnóstica, a formativa e a somativa. Sobre a função formativa da avaliação, é correto afirmar que ela deve ser realizada
- A) no início do processo de ensino, observando-se o desenvolvimento dos pré-requisitos necessários para que a aprendizagem ocorra, quanto aos conhecimentos, às habilidades e às atitudes, permitindo a continuidade ou o redimensionamento do processo de ensino, possibilitando ao professor repensar o planejamento de suas aulas.
 - B) no final de uma unidade de ensino ou de uma disciplina, avaliando o estudante dentro de um contexto classificatório, observando-se o desenvolvimento dos alunos, com objetivo na classificação dos níveis de aproveitamento previamente estabelecidos.
 - C) durante todo o período letivo, observando-se o desenvolvimento da aprendizagem do estudante quanto aos conhecimentos, às habilidades e às atitudes, permitindo a continuidade ou o redimensionamento do processo de ensino, possibilitando ao professor repensar o planejamento de suas aulas.
 - D) durante todo o período letivo, observando-se o desenvolvimento da aprendizagem docente, quanto aos conhecimentos, às habilidades e às atitudes, permitindo a continuidade ou o redimensionamento do processo de ensino, possibilitando à equipe gestora o repensar do planejamento das aulas.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

16. Evidenciando a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) para o desenvolvimento da prática educativa das instituições escolares, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n. 9.394/1996, indica que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
- A) participação dos profissionais da secretaria municipal de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes.
 - B) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
 - C) participação dos profissionais da secretaria estadual de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e participação da comunidade local em conselhos escolares ou equivalentes.
 - D) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e participação das comunidades escolar e local em conselho municipal de educação.
17. O desenvolvimento infantil ocorre em diversas etapas nas quais é perceptível a evolução da aprendizagem da criança. O processo de alfabetização e letramento passa por fases caracterizadas como:
- A) pré-silábica: fase na qual o sujeito não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada; silábica: o sujeito interpreta a letra à sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma; silábica-alfabética: o sujeito mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas; e alfabética: o sujeito passa a dominar o valor das letras e sílabas.
 - B) pré-silábica: fase na qual o sujeito consegue relacionar as letras com os sons da língua escrita; silábica: o sujeito interpreta a sílaba à sua maneira, atribuindo valor de letra a cada uma; silábica-alfabética: o sujeito mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas letras; e alfabética: o sujeito passa a dominar o valor das letras e sílabas.
 - C) pré-silábica: fase na qual o sujeito consegue relacionar as letras com os sons da língua escrita; silábica: o sujeito interpreta a letra à sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma; silábica-alfabética: o sujeito mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas; e alfabética: o sujeito passa a dominar o valor das letras, sílabas e palavras.
 - D) pré-silábica: fase na qual o sujeito não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada; silábica: o sujeito interpreta a letra à sua maneira, atribuindo valor de palavra a cada uma; silábica-alfabética: o sujeito mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas; e alfabética: o sujeito passa a dominar o valor das letras, sílabas e palavras.
18. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento oficial orientador emitido pelo Ministério da Educação, servindo como referência para a elaboração do currículo das escolas que ofertam a educação básica no Brasil. Esse documento tem como objetivo promover
- A) a equiparação social, por meio da formação integral do cidadão, visando ao desenvolvimento intelectual, social, cultural e religioso.
 - B) a liberdade do cidadão, por meio de uma formação cultural, visando ao desenvolvimento emocional, biológico, social, físico e emocional.
 - C) a equidade e o desenvolvimento do cidadão, por meio de uma formação cultural, religiosa, emocional, biológica e física.
 - D) a equidade, por meio de uma formação integral do cidadão, visando ao desenvolvimento intelectual, social, físico, emocional e cultural.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

19. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece como direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil:
- A) conviver, brincar, ouvir, expressar, cantar, exercitar-se e conhecer-se.
 - B) conviver, brincar, participar, falar, ouvir, pesquisar, explorar e conhecer-se.
 - C) conviver, brincar, participar, expressar, explorar e conhecer-se.
 - D) conviver, brincar, falar, pesquisar, exercitar-se, dançar e conhecer-se.
20. A avaliação é um processo que acompanha o desenvolvimento e as aprendizagens dos alunos, objetivando colaborar na construção do conhecimento, na formação de conceitos e na reelaboração das aprendizagens. A avaliação da aprendizagem, a partir dessa compreensão, requer
- A) uma ação conjunta de todos os envolvidos na comunidade escolar, objetivando diagnosticar os casos de alunos que apresentam problemas de aprendizagem, bem como selecionar e classificar os alunos que atingem os objetivos de aprendizagem pré-definidos.
 - B) a construção de habilidades, incluindo ensinar e reensinar, revelando a qualidade da realidade educativa e permitindo a tomada de decisão dos gestores sobre o que fazer com essa realidade, visando apresentar os resultados do trabalho pedagógico ao conselho escolar.
 - C) a construção de habilidades, incluindo ensinar e reensinar, revelando a qualidade da realidade educativa e permitindo a tomada de decisão do docente sobre o que fazer com essa realidade para melhor contribuir com a aprendizagem dos alunos.
 - D) uma ação conjunta de todos os envolvidos na comunidade escolar e local, objetivando selecionar os casos de alunos que apresentam resultados exitosos de aprendizagem, bem como diagnosticar os problemas para melhor contribuir com a aprendizagem dos alunos.
21. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição escolar deve nortear o planejamento didático-pedagógico orientando a ação docente, articulando os componentes curriculares e objetos de conhecimento. Com base nas teorias progressistas, o aspecto didático-metodológico deve
- A) favorecer a aprendizagem, considerando que todos precisam evoluir para atingir um nível de homogeneidade, sendo necessário que o docente colabore de forma linear no desenvolvimento do indivíduo, valorize os saberes dos alunos que se destacam na turma, proponha estratégias diversificadas para estimular a curiosidade e utilize recursos didáticos dinamizadores e facilitadores da aprendizagem.
 - B) favorecer a aprendizagem, considerando que os alunos são diferentes, sendo necessário que o docente colabore para o desenvolvimento individual e coletivo, reconheça, respeite e valorize os saberes e experiências anteriores desses discentes, proponha estratégias diversificadas para atender as peculiaridades da turma, estimule a curiosidade e utilize recursos didáticos dinamizadores e facilitadores da aprendizagem.
 - C) favorecer a aprendizagem, considerando a diversidade, sendo necessário que o docente colabore para o desenvolvimento individual e coletivo, reconheça e valorize os novos saberes construídos com o objetivo de substituir os conhecimentos prévios, proponha métodos de ensino tradicionais, de forma a garantir a disciplina dos estudantes na aula, e utilize recursos didáticos facilitadores da aprendizagem.
 - D) favorecer a aprendizagem, considerando que os alunos são diferentes, sendo necessário que o docente colabore para o desenvolvimento individual, valorize os seus saberes docentes e experiências anteriores da prática pedagógica, proponha estratégias de ensino para garantir a homogeneidade e a disciplina dos estudantes, estimule a curiosidade e utilize recursos didáticos inovadores e facilitadores do trabalho docente.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

- 22.** As teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, em diferentes épocas, vêm norteando a prática pedagógica das instituições de ensino. Cada uma delas expressa grande importância social e tem colaborado para o desenvolvimento do conhecimento historicamente construído pela humanidade nas diferentes áreas, de acordo com suas peculiaridades e aplicabilidades. Entre as teorias da aprendizagem, destacam-se, principalmente,
- A) Behaviorismo, Gestalt, Psicanálise, Psicologia do desenvolvimento e Psicologia da aprendizagem.
 - B) Behaviorismo, Psicanálise, Teoria biológica, Psicologia do desenvolvimento, Psicologia da aprendizagem e Teoria Psiquiátrica.
 - C) Behaviorismo, Psicanálise, Psicologia do desenvolvimento, Psicologia da aprendizagem, Teoria Psiquiátrica e Teoria comportamental.
 - D) Behaviorismo, Gestalt, Psicologia do desenvolvimento, Psicologia biológica e Psicologia da aprendizagem.
- 23.** Segundo a teoria da epistemologia genética, a concepção do desenvolvimento infantil e pensamento da criança baseia-se na premissa extraída
- A) da Psiquiatria, de que o pensamento infantil é originalmente autuístico e socioemocional, só se transformando em pensamento subjetivo sob uma longa e persistente pressão da escola.
 - B) da Psicanálise, de que o pensamento infantil é original e naturalmente sensorial, só se transformando em pensamento coletivo sob uma longa e persistente pressão da escola.
 - C) da Psicologia, de que o pensamento infantil é original e naturalmente autuístico, só se transformando em pensamento sequencial sob uma longa e persistente pressão da família.
 - D) da Psicanálise, de que o pensamento infantil é original e naturalmente autuístico, só se transformando em pensamento realista sob uma longa e persistente pressão social.
- 24.** A avaliação da aprendizagem integra o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a materialização da proposta pedagógica da escola e para o alcance dos objetivos, refletindo as concepções de educação e a postura político-pedagógica inerente à ação docente. O processo de avaliação assume as seguintes funções diversificadas:
- A) dialógica, processual, inclusiva, ilustrativa e somativa.
 - B) dialógica, classificatória, processual, ilustrativa e seletiva.
 - C) dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa.
 - D) dialógica, diagnóstica, comparativa, formativa e expressiva.
- 25.** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996, em seu Artigo 11º, define, como uma das incumbências dos municípios brasileiros,
- A) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.
 - B) oferecer a educação básica, com prioridade para o ensino médio, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino para crianças e jovens.
 - C) oferecer a educação básica, com prioridade para o ensino fundamental, nos anos finais, e para o ensino médio, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino para crianças e jovens.
 - D) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, anos iniciais, permitida a atuação em ensino superior somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

- 26.** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN), Lei n. 9.394/1996, passou por algumas alterações recentemente, tendo sido alterado o Art. 4º, pela Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022, incluindo, no Inciso XI, alfabetização plena e capacitação gradual para leitura ao longo
- A) do ensino médio como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos.
 - B) da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos.
 - C) da educação infantil como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos.
 - D) do ensino fundamental, anos finais, como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos.
- 27.** A Lei nº. 13.146/2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, objetivando assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania. De acordo com o Art. 3º, para fins de aplicação dessa Lei, são classificadas como barreiras:
- A) barreiras urbanísticas, barreiras educativas, barreiras nas ruas e calçadas, barreiras nas informações, barreiras familiares, barreiras financeiras e barreiras tecnológicas.
 - B) barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas, barreiras financeiras, barreiras nas comunicações e na informação, barreiras físicas e barreiras tecnológicas.
 - C) barreiras urbanísticas, barreiras educativas e familiares, barreiras nos transportes, barreiras nas ruas e calçadas, barreiras atitudinais, barreiras físicas e barreiras linguísticas.
 - D) barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes, barreiras nas comunicações e na informação, barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas.
- 28.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) legitima a proteção absoluta da criança e do adolescente. De acordo com o Art 13, deverão ser comunicados, obrigatoriamente, ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais, os casos de
- A) suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente.
 - B) suspeita ou confirmação de castigo psicológico, de tratamento cruel ou homofóbico e de maus-tratos contra adolescente adotado.
 - C) suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento inadequado, racista e de maus-tratos contra criança ou adolescente adotado.
 - D) suspeita ou confirmação de tratamento desigual, discriminatório, racista ou homofóbico e de maus-tratos contra criança e familiares.

- 29.** A interdisciplinaridade requer dos educadores o reconhecimento dos limites do seu saber disciplinar e a pluralidade que abrange o trabalho pedagógico, sendo necessária uma postura aberta para romper as barreiras
- A) de acessibilidade e acolher as contribuições de outros professores e das famílias, visando à explicação de um fenômeno ou à resolução de um problema para favorecer a aprendizagem dos estudantes na efetivação da proposta pedagógica, a partir da contextualização e do diálogo entre as disciplinas.
 - B) dos conteúdos de uma mesma disciplina, visando ao aprofundamento dos estudos para a solução de problemas da vida pessoal dos estudantes e das suas famílias em prol do seu desenvolvimento social e econômico, a partir da contextualização e do diálogo com a comunidade.
 - C) e acolher as contribuições de outros componentes curriculares, visando à explicação de um fenômeno ou à resolução de um problema para favorecer a aprendizagem dos estudantes na efetivação da proposta pedagógica, a partir da contextualização e do diálogo entre as disciplinas.
 - D) sociais e econômicas e acolher as contribuições de outras competências curriculares, visando à resolução de um problema para favorecer a aprendizagem dos estudantes na efetivação da proposta pedagógica, a partir da contextualização e do diálogo com as famílias.
- 30.** A formação docente inicial e continuada é plural e compreende um repertório de conhecimentos e saberes próprios da formação específica da profissão, vinculados a outros saberes advindos de diversas fontes. A partir dessa compreensão, destacam-se:
- A) saberes pessoais, saberes provenientes da formação escolar, saberes provenientes da formação profissional para o magistério, saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho e saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola.
 - B) saberes pessoais, saberes provenientes da formação escolar, saberes provenientes da formação profissional para o magistério, saberes psicológicos provenientes da convivência com alunos e grupos de professores, saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho e saberes legais.
 - C) saberes pessoais, saberes provenientes da formação profissional para o magistério, saberes provenientes da formação escolar, saberes naturais provenientes da formação biológica, saberes experimentais provenientes de exercícios dos livros didáticos e saberes da experiência profissional docente, na sala de aula.
 - D) saberes pessoais, saberes provenientes da formação profissional para o magistério, saberes dogmáticos construídos culturalmente, ampliados por saberes específicos da profissão, saberes de livros, saberes provenientes da formação familiar e saberes da experiência e convivência com amigos.